



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00024**

Brasília, 07 de março de 2016.

**Objetivo da reunião:** 11ª Reunião do CGI

Horário e local: 10h - Sala

Assunto: Planejamento estratégico

<b>Participantes</b>	<b>Função/Cargo</b>	<b>Unidade</b>
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Sheila Campello Farias Gibaile	SECRETARIO	SGP
César Augusto do Valle	SECRETARIO	SAD
Maria Virgínia Guimarães Corrêa	SECRETARIO	SCE
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SCI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
César Arthur Cavalcanti de Carvalho	SEM VÍNCULO EFETIVO	JA-CG
Silvana Conceição Dias Soares	SUBSECRETARIO	SUEST

**Pauta**

**1. Apresentação do resultado das metas de 2015**

Após as boas-vindas do Secretário- Geral, Dr. Savaris, a subsecretária da Secretaria de Estratégia e Governança, Silvana Soares, apresentou o resultado das metas de 2015 (slides em



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.  
Documento Nº: 1493590-3057 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

Classif. documental 00.04.00.01



CJFMRU201600024A

anexo). Foi apresentado o desempenho em relação às 17 metas definidas para 2015, onde ficou destacado que 8 foram cumpridas, 1 teve resultado superior a 85%, 6 não foram cumpridas e 2 terão coleta futura. A coordenadora iniciou anunciando os pontos onde o desempenho do CJF foi positivo: governança institucional; inovação; alinhamento transorganizacional; eficiência operacional e controle. Em relação as metas 5,15 e 17 (que tratam da formação dos magistrados e servidores), a Secretária do Centro de Estudos Judiciários - CEJ, Maria Virginia, explicou que os dados apresentados referem-se ao número de certificados e não a quantidade de magistrados/servidores capacitados. Diante da informação, os secretários questionaram se não seria mais interessante apresentar os dados desdobrados em quantidade de servidores capacitados e quantidade de certificados emitidos. Ficou definido que o CEJ reenviaria os dados com os detalhamentos sugeridos. Sobre a meta 1 (que trata do congestionamento de processos na TNU), a secretária da Turma Nacional de Uniformização - TNU, Viviane Leite, comentou que sabia o quanto a meta era ousada para o ano de 2015, entretanto entende que o desempenho de 80% foi bom, destacando as iniciativas que foram feitas e as que serão realizadas com objetivo de cumprir a meta em 2016. Sobre a meta 8 (Manter os custos de 100% das obras da JF no valor referencial definido pelo CJF), o Secretário de Arquitetura e Engenharia- SAE, Lúcio Castelo Branco, informou que 90% dos orçamentos referentes a obras analisados por ele apontavam irregularidades de sobrepreço e superfaturamento, o que poderia acarretar em gastos de milhões de reais, porém, não foi possível apresentar os dados da meta. Questionado sobre as ações que estão sendo tomadas em relação a estes acontecimentos, o Secretário da SAE comentou que, na sua opinião, a não conformidade ocorre por falta de conhecimento dos servidores e informou que tem orientado os responsáveis pela elaboração dos orçamentos a fazer as adequações necessárias. Entende que ações de capacitação poderiam gerar resultados positivos, diante do que foi proposto a realização de treinamentos, inclusive por meio de parcerias com o TCU. Os secretários questionaram o fato de a meta não estar clara e propuseram que se incluía a especificação de quantidade de obras que serão acompanhadas e seus respectivos resultados. Ainda sobre a meta 8, o Dr. Jesse, Secretário de Controle Interno, informou que a SCI já tem algumas ações em andamento para verificação da situação apresentada. As demais metas foram apresentadas, conforme anexo e a Subsecretária de Gestão Estratégica informou que os resultados serão enviados a todas as áreas e disponibilizados no Observatório, ressaltando a importância do acompanhamento das metas e da definição de ações para melhoria dos resultados.

## **2. Inclusão de demanda de desenv. de sistema que auxilie no controle dos Recursos Repetitivos do PDTI**

O Secretário de Tecnologia da Informação, Lúcio Melre, explicou que a demanda deve ser incluída no PDTI e validada pelo CGI. O Dr. Savaris fez um breve histórico da demanda e informou que já estão sendo realizadas reuniões e visita ao STJ para atendimento, que as ações serão acompanhada pelo Juiz Federal Ronivon de Aragão.

## **3. Preenchimento do Plano de Ação da Resolução CNJ nº 211, de 15/12/2015**

O Secretário de Tecnologia da Informação, Lúcio Melre, informou sobre a necessidade de elaboração de plano de ação para atendimento à Resolução CNJ 211/2015, que trata da Estratégia de Tecnologia da Informação - ENTIC-JUD. O Plano de ação deve ser validado pelo CGI, assim, será enviado por e-mail. O normativo também apresenta a necessidade de verificar a adequação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI, do órgão à ENTIC-JUD, em virtude dos macroprocessos estabelecidos. Será analisado em conjunto, entre a STI e a SEG a necessidade de realização de ajustes no PETI.



#### 4. Desligamento de servidores. Consequências no acesso aos sistemas.

Foi solicitado pelo Secretário de TI que as unidades observem os procedimentos no desligamento de servidores, estagiários e terceirizados, de acordo com a portaria CJF-POR-2013/00279. A não comunicação dos desligamentos à TI permite que os ex-servidores, estagiários e terceirizados continuem acessando os sistemas do órgão. No caso do desligamento de servidores que não são do CJF será concedido acesso ao e-mail por 30 dias após o desligamento. Estagiários e colaboradores terão seus acessos bloqueados após 5 dias do desligamento (sistemas, rede, e-mail). Servidores do CJF cedidos a outros órgãos manterão os acessos ao portal do servidor. Os e-mails do CJF deverão ser redirecionados para uma conta informada pelo servidor cedido. Os secretários poderão solicitar a retirada de privilégios de acesso aos terceirizados e estagiários imediatamente após seu desligamento.

#### 5. Andamento do projeto de implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos-TRF 4

A Secretária de Gestão de Pessoas, Sheila Gibaile, informou que preparou minuta de portaria para a designação do comitê que irá fazer gerenciamento da implantação do sistema nacional, conforme modelo de governança aprovado na reunião do COGEST. Esclareceu que encaminhará, também, a proposta de resolução instituindo o modelo de gestão de sistemas nacionais. Por fim, esclareceu que dará andamento aos processos abertos referentes ao tema, fazendo as vinculações necessárias para o andamento adequado dos expedientes no SIGA-Doc.

#### 6. Capacitação dos servidores - eventos externos

A Secretária do CEJ, Maria Virgínia, informou que, tendo em vista os cortes orçamentários, será necessária a adoção de novas medidas quanto aos pedidos de realização de cursos externos. Quando houver demanda de uma unidade, serão consultadas se outras unidades também tem interesse. Após essa verificação, serão selecionados um ou dois participantes que, após a realização do curso, deverão fazer os repasse aos demais servidores das unidades interessadas. Esclareceu, também, que os cursos in company são muito mais econômicos que os externos e que devem ser priorizados na medida do possível.

#### 7. Novo Portal do CJF

A Assessora de Comunicação Social, Cintia Lima, informou que o novo portal do CJF será lançado no dia 7 de março, e para isso informou que será congelada a publicação no período de 1 a 7/3/2016. Informou que receberá sugestões de alteração no portal até o dia 3/3, que deverão ser disponibilizadas no novo portal. Após essa data as alterações serão realizadas já com o novo portal no ar. Além disso, explicou que está sendo elaborado um tutorial sobre a publicação no novo Portal e que iniciará campanha de marketing interno do produto. Antes de finalizar a reunião o Secretário-Geral, Dr Savaris, pediu que seja incluída na pauta da próxima reunião do CGI as tratativas para o evento de comemoração dos 50 anos do CJF. Pediu à ASCOM a confecção do selo comemorativo do evento e aos secretários sugestões e ideias para o evento. Sugeriu que seja feito um histórico do que foi feito ao longo dos 50 anos de existência do CJF. O secretário de Estratégia e Governança, Ivan Bonifácio, sugeriu incluir algo que propicie a visão do futuro do Conselho, e a possibilidade de convidar o Ministro Aires Brito que é presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare e tem um amplo conhecimento na área de inovação para a Justiça. Dr Savaris concordou e disse que poderia ser o último painel do evento.



## 8. Participantes da reunião

Participaram também da reunião: William Santos, Rodrigo Vasconcellos Chebli, Fabio Costa Oliveira, Misael Guerra, Edimilson Cavalcante, Marcos Kronenberger, Hayane Leal, Cleide Sousa e Roberta Bastos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL



Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Enviar os slides dos resultados das metas aos secretários	SEG	01/03/2016
1.2	Enviar dados sobre as metas de responsabilidade SEG para retificações.	Virginia - CEJ	02/03/2016
1.3	Encaminhar à SEG as medidas que estão sendo feitas para diminuir o acervo da TNU.	Viviane - TNU	04/03/2016
1.4	Encaminhar à SEG as informações sobre a meta de acompanhamento do custo das obras.	Lúcio - SAE	04/03/2016
2.1	Encaminhar PDTI alterado com a inclusão da demanda da TNU (sistema de controle de recursos repetitivos) por email ao secretários.	Melre - STI	02/03/2016
3.1	Enviar plano de ação do CJF referente ao ENTIC-JUD para avaliação.	Melre	10/03/2016
3.2	Análise conjunta de alinhamento do PETI ao ENTIC-JUD	STI e SEG	07/03/2016
7.1	Enviar a lista aos secretários com o nome de quem está cadastrado como publicador.	Cintia	04/03/2016
7.2	Encaminhar tutorial para publicações no novo Portal aos secretários.	Cintia	04/03/2016

IVAN GOMES BONIFÁCIO  
SECRETARIO  
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.  
Documento Nº: 1493590-3057 - consulta à autenticidade em <https://siga.cjf.jus.br/sigaex/autenticar.action>

